

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1.181 - TO (2019/0027723-6)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
REQUERENTE : FRANCISCO BARBOSA GOMES
ADVOGADO : JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO E OUTRO(S) - RN005291
REQUERIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal dirigido ao STJ, fundamentado no art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, apresentado por FRANCISCO BARBOSA GOMES, contra decisão monocrática do Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (fl. 208e).

Em face do **decisum**, foi interposto Agravo Regimental, não conhecido, por incidência do art. 32 do RITNU, que "afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU" (fl. 213/214e).

O presente Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei não merece ser conhecido.

Assim dispõe o art. 14 da Lei 10.259/2001:

"Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

(...)

§ 4º **Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização**, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça -STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência".

Assim, verifica-se que **o cabimento de Pedidos de Uniformização de interpretação de Lei Federal dirigidos ao STJ se dá unicamente contra decisão colegiada da TNU, que examina questão de direito material, em contradição à Súmula ou jurisprudência dominante do STJ.**

In casu, não houve decisão colegiada, mas tão somente decisão do Presidente da TNU, que conheceu do agravo, para negar seguimento ao incidente, com fulcro no art. 16, I, a, do RITNU, por considerar incidente, na espécie, a Súmula 182, do STJ.

Dessa feita, **revela-se inadmissível o presente incidente**, por estarem ausentes os requisitos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001.

Nesse sentido:

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, **não apenas contra a decisão do Presidente da TNU**. 2. Agravo regimental não provido." (STJ, AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 25/04/2014).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, **a**, do RISTJ, **não conheço** do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei.

I.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora